XI Congreso Argentino de Antropología Social, Rosario, 2014.

A Cidade dos Primos: Uma Etnografia da História no Distrito de Barão de Juparanã em Valença/RJ (Brasil).

Marques Camargo, Letícia.

Cita:

Marques Camargo, Letícia (2014). *A Cidade dos Primos: Uma Etnografia da História no Distrito de Barão de Juparanã em Valença/RJ (Brasil). XI Congreso Argentino de Antropología Social, Rosario.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-081/1809

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

XI Congreso Argentino de Antropología Social

Rosario, 23 al 26 de Julio de 2014

GRUPO DE TRABAJO

GT81 - ANTROPOLOGIA DEL TIEMPO Y DEL ESPACIO: PERSPECTIVAS TEORICAS E APLICACIONES ETNOGRAFICAS

TÍTULO DE TRABAJO

A CIDADE DOS PRIMOS: UMA ETNOGRAFIA DA HISTÓRIA NO DISTRITO DE BARÃO DE JUPARANÃ EM VALENÇA/RJ

Letícia Marques Camargo. Universidade Federal Fluminense.

INTRODUÇÃO

Tomando a história não como uma disciplina, mas como uma prática, isto é, algo que as pessoas fazem como parte de sua concepção de mundo, a proposta deste artigo é compreender o lugar e o sentido da história que se desenvolve emaranhada com a ideia de parentesco na localidade de Barão de Juparanã, em Valença/RJ. Tal vilarejo surgiu ao redor de uma fazenda de café do final do século XIX, a Fazenda de Santa Mônica, pertencente ao Marquês de Baependi (Manoel Jacintho Nogueira da Gama) e sua família: a Marquesa de Baependi (Francisca Mônica Carneiro da Costa e Gama), e seus filhos Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama (Conde de Baependi), Manoel Jacintho Carneiro Nogueira da Costa Gama (Barão de Juparanã) e Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Costa e Gama (Barão de Santa Mônica).[1]

Dos filhos do Marquês de Baependi, o Barão de Juparanã foi o que travou um maior envolvimento com o vilarejo que surgia em volta da fazenda onde morava realizando algumas obras que ainda são os principais monumentos da localidade outrora chamada *Desengano*, e que hoje é o distrito que leva o seu nome. Narrativas dos moradores da localidade registradas em uma matéria da TV Rio Sul[2] no ano de 2010 afirmavam que Manoel Jacintho Carneiro Nogueira da Costa e Gama, ou simplesmente o Barão de Juparanã, possuiu cinco escravas que viviam com ele como suas "esposas", já que o Barão não teve nenhum casamento oficial. Dessas escravas surgiram cinco ramos familiares diferentes, porém com o patriarca em comum. Segundo um folheto publicado pela igreja local em 1981, que teve ajuda dos moradores na construção da narrativa que lá consta, o Barão deixou parte de suas terras para seus filhos como herança, os quais chamava de "meus protegidos". (RAMOS, 1981).

[1] Fonte: http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/descendentes.asp?codpessoa=28803 acessado em 04.03.2013

[2] Matéria sobre o distrito de Barão de Juparanã veiculada pela TV Rio Sul, filiada à Rede Globo no o sul do Estado do Rio de Janeiro em 22.05.2010. Ver http://riosulnet.globo.com/web/conteudo/5_269106.asp Acessado em 04.03.2013

O trabalho que começou a ser realizado na monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais (CAMARGO, 2012) é um esforço de compreensão do sentido da história em Barão de Juparanã, defendendo que esta pode possuir outros que não apenas aquele visto como ocidental (voltado para o progresso, como expresso por Lévi-Strauss (1991) em *Raça e História*) mesmo dentro de sociedades ocidentais. Penso também em analisar como outras historicidades se relacionam com a história oficial e com o Estado. Trata-se de tentar perceber o caráter político, ou "cosmopolítico", da história a partir da relação que esses juparanenses e descendentes do Barão de Juparanã possuem com seu passado. Para isso, busco fazer uma revisão do papel da história na antropologia focando principalmente no conceito de *historicidade* no sentido dado ao termo por Claude Lévi-Strauss (1991; 2012), e seu desenvolvimento a partir de Marshall Sahlins (1990; 2004; 2012) e Joana Overing (1995). Aproveito a aproximação que esta autora faz sobre "sociedades contra a História" de Lévi-Strauss e "sociedades contra o Estado" de Pierre Clastres (como Marcio Goldman (1999) chama a atenção), para estender essa comparação à crítica que Deleuze e Guattari (1997) estabelecem à divisão entre sociedades a favor ou contra o Estado, ou tudo ou nada, nos termos clastreanos (CLASTRES, 2001). Segundo esses autores, essa oposição seria apenas de direções diferentes e não existiria de forma tão extrema, uma decisão sem volta pela "servidão voluntária" (La Botie *apud* Deleuze e Guattari (1997)). Sendo o Estado moderno um espaço múltiplo e não linear, formas contra e a favor do Estado podem ser encontradas convivendo lado a lado, segundo a percepção de Deleuze e Guattari. Se estendermos esta crítica ao conceito de "sociedades contra a história" de Lévi-Strauss, podemos enfim perceber diferentes historicidades mesmo dentro de sociedades a favor da história. Em meu campo me atento, enfim, à importância das histórias em Barão de Juparanã que convivem, ora em conflito, ora reafirmando um tipo de história específica e centralizadora, que nega a existência deles próprios.

Quanto à metodologia, pretendo fazer uma "etnografia da história", utilizando para isso o trabalho de campo nos termos malinowskianos (1978), estando lá para apreender os "imponderáveis da vida real" no período entre março e setembro de 2014. Porém, também irei utilizar da análise de arquivos de família, assim como registros oficiais que pretendo buscar nos arquivos das cidades de Vassouras e Valença e na igreja do distrito de Barão de Juparanã. No tópico dedicado à metodologia, portanto, viso demonstrar o que seria essa etnografia da história a partir das influências que uma disciplina exerce na outra e vice-versa, ora produzindo afastamentos, ora aproximações.

- História ou Historicidades

Como em meu campo procuro compreender o papel das histórias no distrito de Barão de Juparanã em Valença/RJ, pretendi buscar o que a antropologia pode me fornecer para compreender o que é a "História" e o porquê de ela ter tanta importância em certos tipos de sociabilidades, assim como na nossa. Claude Lévi-Strauss, como atentam Goldman (1999) e Sztutman (2012), percebe três maneiras de lidar com a história:

> (...) O primeiro diz respeito à "história dos historiadores" e é baseado na relação de dependência com os registros escritos. O segundo se refere à "filosofia da história", como enraizada na tradição ocidental, que postula um princípio de causalidade, estabelecendo que o passado, como necessidade, determina o presente, que se apresenta simplesmente como possível. Por fim, o terceiro remete à noção de "historicidade" e permite uma crítica aos dois primeiros sentidos, o que reenvia diretamente à tarefa da antropologia. (SZTUTMAN, 2012, p. 111)

Como parte desse pensamento que tem a história como sendo fundamental para o entendimento do mundo, a antropologia também se constitui sob essa preeminência da história. O evolucionismo social, primeira formulação teórica do pensamento antropológico, buscava na história uma forma de organizar o

conhecimento do mundo. Lévi-Strauss tem, portanto, como foco de sua crítica tanto em *História e Etnologia* (1991) quanto em *Raça e História* (1976) a teoria epistemológica do evolucionismo, chegando ao ponto culminante de sua crítica à história nos últimos capítulos de *O Pensamento Selvagem* (2012).

Em relativa continuidade com esse pensamento, porém trazendo a intencionalidade dos sujeitos para a estrutura, Sahlins (1990; 2004; 2012) traz o conceito de mitopráxis, mostrando que a dialética não é totalmente estrutural, mas que as diferentes historicidades são efeitos de diferenças cosmológicas (mesmo que os mitos estejam em ação). Overing (1995), por sua vez, demostra o quanto o conceito de historicidade pode acrescentar à filosofia por expor a multiplicidade da metafísica e das noções de tempo em detrimento da unidade do pensamento racionalista e cientificista que coloca a natureza mais próxima da verdade, enquanto a própria divisão entre natureza e cultura é resultado de historicidades (enquanto ontologias e cosmologias) diferentes.

Toda essa discussão sobre historicidade levanta a questão não apenas sobre o ponto de vista antropológico da história, mas envolve todo um questionamento a respeito da própria razão construída pelo ocidente, a qual tanto a história quanto a filosofia e mesmo a antropologia estão baseadas. Ao perceber historicidades diferentes de povos diferentes, Lévi-Strauss está levantando um questionamento da ordem da metafísica, já que as diferentes historicidades são respostas às diferentes ontologias e cosmologias segundo a compreensão de Joana Overing. Essas diferentes historicidades não são, porém, sinônimas de incapacidade de compreensão de uma outra forma de percepção de si e do mundo, mas revelam um caminho para se repensar a unidade da verdade metafísica ocidental, trazendo o múltiplo no lugar do "um". As múltiplas historicidades não marcam apenas uma diferença, antes essas evocam a simetria da relação entre mundos, entre formas de percepção, entre interesses diversos e

maneiras diversas de se perceber e lidar com o complexo natureza-cultura, ou como Bruno Latour se refere:

> Ora, não existem nem culturas – diferentes ou universais – nem uma natureza universal. Existem apenas naturezas-culturas, as quais constituem a única base possível para comparações. A partir do momento em que levamos em conta tanto as práticas de mediação quanto as práticas de purificação, percebemos que nem bem os modernos separam os humanos dos não-humanos nem bem os outros superpõem totalmente s signos e as coisas (LATOUR, 1994, p.102)

Assim, podemos perceber o quanto o conceito de historicidades defendido por Levi-Strauss pode trazer ainda grandes debates dentro da antropologia, servindo como base para a crítica ao pensamento universalista que ele mesmo defende. Acredito ser esse debate ainda muito rico, e de grande auxilio no meu trabalho de campo, já que o foco principal são as histórias contadas em Barão de Juparanã.

- Barão de Juparanã: Analise das histórias como projeto antropológico

Como foi dito anteriormente, o trabalho que será apresentado nesse artigo foi realizado em duas partes: Uma primeira inserção em campo realizada entre 2011 e 2012 para a monografia, onde apenas mantive contato com parentes mais próximos aos quais eram vistos como conhecedores das histórias da família, em encontros aos quais hoje com o falecimento de alguns parentes “centrais” já não acontecem mais. Uma segunda investida acontece desde o mês de março de 2014, onde mantenho contato com alguns moradores da localidade citada e descendentes do Barão de Juparanã.

A partir do primeiro contato tento demonstrar pegando a figura de dois personagens, descendentes de um ramo da família, filhos da relação entre um neto e uma bisneta do Barão de Juparanã e Florencia (uma das cinco escravas já

citadas na introdução, ver genealigia em anexo)[3]. Analiso, portanto, o ato de contar histórias como uma tradição dentro desta família, passada à primeira vista de forma aleatória, porém, ao perguntar para os membros do grupo "A Parentada da Dona Anita" da rede social *Facebook* quem eram as pessoas já falecidas que contavam as histórias da família, percebi que existe certa "hereditariedade" naqueles que contavam para aqueles que sabem destas hoje em dia. Obviamente que o dom da narrativa não é algo biologicamente herdado, porém, a meu ver, existem dois motivos para que essas histórias permaneçam sendo contadas por uns e não por outros. O primeiro é a arte que é passada de pai para filho. Uma história não é contada uma vez só; são histórias que se repetem (mesmo que nunca da mesma forma) nos encontros entre estes, que chamarei de "narradores", e a família. Provavelmente, elas não são apenas contadas nesses grandes encontros, mas se repetem com muito mais frequência dentro da família nuclear. Portanto, as histórias são construídas junto com os ouvintes interessados que se encontram mais próximos, ou seja, os seus filhos. Outro motivo para essas histórias permanecerem em determinadas famílias é a proximidade com o "epicentro" das histórias narradas. Quanto mais próximo do distrito de Barão de Juparanã essa família está, mais "quente" a lembrança do passado fica, porém todos os membros da família se relacionam com essas histórias em níveis diferentes. Para Ecléa Bosi:

> As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um dos seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo una e diferenciada. Trocando opiniões, dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual. (BOSI, 1994, p.423)

[3] São Esses Anita e Arthur, que são também meus bisavós.

Assim, mesmo que esta família formada pelos filhos e netos de Dona Anita e Arthur esteja há setenta anos fora do distrito de Barão de Juparanã, as histórias estão enraizadas não em um solo material, mas em um plano simbólico. Porém, existem aqueles que vivem nas proximidades de Vassouras, Valença e Barra do Piraí. Nessas localidades, a memória das histórias dos Barões do Café se mistura aos trilhos da ferrovia que as cruzam, ficando mais vivas a cada apito do trem. Esses que lá vivem são narradores, contudo, por mais que assumam a postura de serem os "contadores oficiais", todos os ouvintes participam ativamente na construção dessas narrativas, trocando informações sobre aquilo que ouviram de outros narradores ou de seus parentes mais próximos, dando forma e existência quase que material ao passado. Outro ponto que se pode observar nessas narrativas é a temporalidade diferenciada. Mesmo que haja um esforço para localizá-las no tempo, essas histórias longínquas vão se misturando às histórias vividas pelo próprio narrador, o que as aproximam deste, e de forma indireta daqueles que as ouvem. Para Walter Benjamim, a relação que o narrador estabelece é uma relação artesanal:

> Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria - a vida humana - não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência - a sua e a dos outros - transformando-a num produto sólido, útil e único? (BENJAMIM, 1994, p. 211)

Infelizmente, nos últimos anos faleceram os dois últimos "senhorezinhos" contadores de história dentro desse ramo familiar: Amaury e Aloy, filhos de Anita e Arthur. Meses antes de Aloy falecer, em 2011, quando eu já estava estudando abordar este tema na monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais,

pude participar de uma festa de família, onde algumas histórias foram narradas por ele.

Em um evento familiar, sentado à mesa na antessala se encontrava Aloy, um pouco deslocado, solitário e pensativo. Foi quando fui falar com ele que, emocionado, começou a falar de minha mãe e de minha avó. A partir daí, muitas histórias foram lembradas da infância deles, ou de quando minha avó foi estudar no Rio. Histórias sobre o Barão de Juparanã e Duque de Caxias (já que, segundo Aloy, foi seu avô - pai de seu pai - quem cuidou de Duque de Caxias quando senil viveu com a filha na Fazenda Santa Mônica), se misturavam com as histórias de sua vida e de sua carreira profissional como enfermeiro. Histórias sobre a linha do trem, esta mesma que passa na frente da casa em que estávamos, já que seu pai foi chefe da estação velha de Mendes. Aos poucos outras pessoas chegavam perto para participar da conversa. A festa continuava acontecendo do lado de fora com música alta, crianças na piscina e conversas informais, enquanto do lado de dentro se ouviam as histórias, narradas num tom de voz baixo e tranquilo.

Algo similar aconteceu no dia em que marquei minha primeira entrevista, já ciente de que este seria o tema da minha pesquisa. O narrador em questão era Osmar, ou “Mazinho”, filho de Amaury, falecido há alguns anos atrás, como mencionado. Amaury foi o responsável por parte da genealogia que se encontra em anexo, e segundo as pessoas com quem conversei, este era um dos irmãos que “mais sabia das histórias”. Seguindo a lógica, seus filhos também são os que mais sabem das histórias nesse núcleo familiar[4]. Como Mazinho é morador de Mendes, marcamos nosso encontro durante um almoço promovido na casa de Adaury, onde eu estava hospedada naquele final de semana. Assim que ele acabou de almoçar, fomos para a sala, porém o restante da família que estava presente, acreditando ser um assunto sério já que se tratava de uma pesquisa, deixou que Mazinho e eu conversássemos sozinhos. Aos poucos as pessoas viram que se tratava de assuntos da família e foram chegando um a um, até todos

[4] Filhos e netos de Anita e Arthur.

estarem conversando na sala. A partir daí, as histórias que estavam um pouco vazias e sem graça (pois eu não sabia muita coisa para contribuir com a narrativa de Osmar), ficaram muito mais interessantes. Essas narrativas foram construídas por Mazinho a partir da perspectiva de Amaury, que era ferroviário como o pai, portanto, as histórias se iniciam margeadas pelas linhas do trem criadas por D. Pedro II naquela região, e terminam com um sentimento de tristeza quanto ao abandono das ferrovias brasileiras.

Mazinho, ao se sentar para a nossa conversa, demonstrou como era que o *vovô Arthur* se sentava quando ia contar alguma história, ou tomar a tabuada dos seus netos: suas lembranças começavam por aí, na forma como as histórias foram ouvidas por ele nas primeiras vezes.

Em seguida, Mazinho conta o motivo de o Barão de Juparanã ter ficado solteiro. Este seria apaixonado por uma prima. Porém, segundo meu interlocutor, seu irmão também se apaixonou pela prima e acabou pedindo a mão dela em casamento antes do Barão de Juparanã. Desiludido, este teria permanecido solteiro, e tomou como suas "esposas" cinco escravas. Segundo Mazinho, Florenciana, Cati, uma das primeiras filhas do Barão, teve um filho com seu próprio cunhado, Brás Giffoni, casado com uma de suas irmãs. Esse irmão de Arthur, Alfredo, que também possui parentesco família Giffoni que ainda reside no distrito de Barão de Juparanã, já que Brás se casou com uma terceira irmã. Essas pessoas ajudaram a redigir o folheto comemorativo dos 100 anos da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio (1981) da localidade, onde foi feito um compilado de algumas histórias sabidas pelos moradores de lá. Neste folheto, a "bondade" do Barão de Juparanã é relatada como uma de suas maiores virtudes. Além da igreja, o Barão ainda trouxe para o distrito a estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, obra que teve como pano de fundo uma disputa entre este e o Barão de Vassouras: é em comemoração à decepção de seus rivais que o vilarejo que hoje leva o nome do Barão recebeu primeiramente o nome de "*Desengano*". Mais um motivo para justificar a ideia de bondade do Barão segundo as informações desse

folheto, é que quando faleceu, o Barão de Juparanã deixou parte de suas terras para seus filhos, que chamava de "meus protegidos". Entre elas está a Fazenda Bom Retiro, onde, segundo Mazinho, vivia a "*vó Rosina*", avó de Anita e tia de Arthur, e onde ambos foram criados. Mazinho conta uma história presenciada por Dona Anita quando criança:

> Vó Rosina era parente dos escravos da fazenda, então ela nunca os maltratou. E tinha tia Isabel, que era despachada, parecia um pouco com a tia Naná, deve ter puxado. Aí a dona da fazenda Mato Dentro foi falar com "Sá" Rosina, se "Sá" Rosina emprestava uma negra pra ir lá lavar roupa. E quem era a lavadeira? Era Isabel. "A Vó Rosina disse democraticamente: 'Se ela quiser, vá, se ela não quiser, eu não obrigo ela a ir". Aí chamou Isabel (isso quem me contava era vó Anita, que era menina). – "Pois não, Sinhá?", (Rosina) "Ela está perguntando se você pode ir lá lavar roupa." (Isabel) "Sinhá não bateu, Sinhá não maltratou, ó [Mazinho faz uma banana com os braços]". Voltou, catou a vó pela mão e foi lá pra dentro. Deu uma banana pra dona da fazenda do Mato Dentro. Por quê? Porque ela judiava dos escravos, e na fazenda nossa que era a do Bom Retiro ela não maltratava, eles comiam na mesa com ela, né? Por que que a gente ia chamar uma escrava de tia? Por que a gente ia chamar tio Ludigero de tio e tomar bênção?

Dona Anita nasceu em 1906, dezoito anos após a abolição da escravatura, porém, quando ainda era menina, muitos dos ex-escravos continuavam a viver e trabalhar na fazenda. O motivo seria que muitos eram ligados por laços de sangue com os seus senhores, e essa mudança de *status* que os filhos do Barão sofreram ao herdarem parte das terras deste, parece não ter proporcionado uma mudança em suas atitudes, já que "dividiam até a mesa com os ex-escravos". Histórias sobre os sentimentos conflituosos de "senhores pretos" aparecem sempre para mostrar que não havia domínio semelhante ao dos brancos. Porém, podemos interpretar que há uma hierarquização implícita neste discurso, mesmo que o foco central seja a igualdade.

No caso que me foi narrado por Janete, neta de Normadina, é que nasceu o primeiro filho da Florencia negro. A Marquesa de Baependi, não quis conhecer, o conhecendo apenas na igreja no dia do Batizado. Porém, o segundo nasceu branco e a marquesa quis logo conhecer, o que foi negado pela mãe da criança, que disse que esta só o conheceria na igreja no dia do batizado como fez com o outro.

Uma história narrada por dona Ieda e Seu Luis Antonio é que a Marquesa tinha uma relação com suas netas bem intensa, e as convidava sempre para tomar café dentro o casarão, colocando a mesa de chá, dando roupas e presentes para estas. Porém sua nora, casada com o Barão de Santa Mônica, que também residia na fazenda, não suportava a ideia de conviver com as filhas das escravas fazendo com que ela e o marido construissem outra residência, o Monte Silene, para morarem separados. Depois que regressaram o casarão foi disponibilizado como casa de veraneio do Conde d'Eu e da Princesa Isabel. Fato que frizam muito ser uma história ouvida, e por isso não está nos livros, portanto pedem para não reproduzir, demonstrando um conflito latente entre aquilo que acreditam ser oficial e o que é apenas história de família.

O que se pode tirar disso é que a memória de família é uma memória selecionada para que tenha coerência com o que se acredita estar de acordo com os valores atuais. Segundo Bourdieu:

> Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. (BOURDIEU, 2006, p.185)

Para este autor, já o ato de tentar colocar um início, meio e fim em histórias de vida, como se fossem "etapas de um desenvolvimento necessário" (p.184) seria uma grande ilusão. Essa crença de que o passado é um todo coerente que se relaciona diretamente com o presente e com o futuro, como se fossem partes

de um todo tomado de sentido e significado, é uma ideia que se deve ultrapassar para conseguir compreender quais são os sentidos e significados que as histórias de família projetam para a construção do sentimento de pertencimento. A seleção do que é contado não acontece ao acaso; todos aqueles que contaram histórias sobre a família, desde o primeiro, possuíam a intenção de passar algo adiante, e o que os motivou a selecionar o que deveria ser lembrado, também motivou a selecionar o que deveria ser esquecido. Mary Douglas (2007) reflete sobre esse esquecimento institucional, demonstrando que o verdadeiro compromisso da história é com o presente, já que tanto o esforço para que se construa uma história, quanto o esforço de se revisar outra, produzem reflexos distorcidos do passado:

> O esforço revisionista não objetiva produzir o nivelamento óptico perfeito. O espelho, caso a história o seja, distorce tanto após a revisão quanto o fazia antes. O espelho porém é uma pobre metáfora da memória pública. Aquele que busca uma verdade histórica não está tentando obter uma imagem mais nítida de sua própria face, ou até mesmo uma imagem mais lisonjeira. Remendar conscientemente e refazer, são apenas uma pequena parte da moldagem do passado. Quando observamos mais de perto a construção do passado, verificamos que o processo tem muito pouco a ver com o passado e tudo a ver com o presente. As instituições criam lugares sombreados no qual nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita. Elas fazem com que outras áreas exibam detalhes muito bem discriminados, minuciosamente examinados e ordenados. A história surge sob uma forma não-intencional, como resultado de práticas direcionadas a fins imediatos, práticos. Observar essas práticas estabelecerem princípios seletivos que iluminam certos tipos de acontecimentos e obscurecem outros significa inspecionar a ordem social agindo sobre as mentes individuais." (DOUGLAS, Mary. 2007, p.82)

]

O esquecido é sempre muito maior do que o lembrado, e o que é lembrado o é por estar de acordo com valores sociais vigentes. Esses "lugares sombreados" do esquecimento são verdadeiros vácuos, buracos negros onde o que é levado

para lá pode nunca mais ser iluminado pela lembrança. Porém, antes de querer analisar a lembrança *versus* o esquecimento de forma maniqueísta, deve-se ter em mente que o esquecimento é absolutamente necessário, e a lembrança o filtro que dá sentido ao vivido, o ponto de vista que impõe valor a certos fatos em detrimento de outros, algo que está intrinsecamente relacionado com a cultura de determinado local. A partir do que é lembrado é que se pode iluminar o esquecido, e essas lembranças de família podem enfim produzir perguntas sobre o até então inquestionável, como por exemplo, sobre os conflitos que podem estar em volta da suposta relação harmônica entre um senhor e suas cinco esposas-escravas, e mais adiante entre seus filhos, senhores de uma fazenda e seus escravos-parentes.

***

Nessa segunda etapa da pesquisa, estou atuando em duas frentes: uma mantendo contato com os descendentes do Barão de Juparanã, onde a feitura da genealogia é a melhor forma de me aproximar das pessoas para perguntar sobre histórias das fazendas que foram herdadas pelos "protegidos" do Barão, e para ter acesso aos arquivos de família. Em outra frente, atuo nos arquivos de Vassouras buscando nos registros jurídicos relações semelhantes entre grandes Barões do Café e Escravos, algo que não foi muito difícil de encontrar, graças as boas condições de preservação dos documentos. Além do Barão de Juparanã, outros Barões da localidade também morreram "solteiros e sem filhos legítimos", deixando em testamento terras e escravos como legado para seus filhos ou esposas não oficiais, alguns chegando a assumir estes como legítimos antes de falecer, acredito, de acordo pelas evidências nos registros que seja por um misto dos temores de que seus filhos negros permanecessem na pobreza e da justiça divina que não perdoaria tal falha terrena. São estes os Barões do Tinguá e do Guaribú, sendo que o Barão de Capivari, mesmo sendo casado, deixou uma

fazenda e escravos para uma ex escrava com quem mantinha relações.[5]. Infelizmente, muitos desses filhos e esposas não foram contemplados por aquilo que estavam registrados em testamento, como no caso do Barão de Capivari onde sua ex-escrava, América, não recebeu todo o legado que deveria (SALLES e BORGES, p.32), e no caso mais extremo, o do Barão de Guaribu, onde seus três filhos homens e sua filha mulher herdariam três fazendas suas, as mais produtivas que possuía, porém o inventário correu durante 30 anos nas mãos dos juízes e dos irmãos do Barão falecido, provocando talvez, como especula matéria do Jornal do Commercio de 2 de julho de 1876 (SALLES e BORGES, p.36), o suicídio do seu filho mais velho. Já o Barão do Tinguá, quando assumiu seus herdeiros como filhos, evitou que toda essa burocracia ocorresse, porém não acredito que seja o caso de que o Barão de Guaribú estivesse menos preocupado ou menos disposto a que seus filhos herdassem suas terras, foi toda uma condição e disposição de sua família e da sociedade para embarreirar a posse de seus filhos de seus bens, Já que seu caso é o que mais se assemelha ao caso do Barão de Juparanã, falecido um pouco mais de 10 anos depois de sua morte, porém sob jurisdição diferente, já que suas terras pertenciam à província de Valença e não de Vassouras, tudo o que estava posto em seu testamento ocorreu no tempo determinado.

15

Poderíamos entrar em detalhes sobre estas outras relações, por serem também ricas em informações que demonstram como se davam de fato o paternalismo dos Barões do café no vale do paraíba fluminense, durante o período entre 1850 e 1888, informações às quais seriam muito uteis para o objetivo já traçado anteriormente, porém acredito que para este artigo podemos focar somente no Barão de Juparanã. Segundo seu testamento, todos os seus 24 protegidos seriam contemplados com uma fazenda que seria resultada do

[5] Investiguei apenas os testamentos e inventários de grandes produtores de café de vassouras, acredito que se olhar para as pequenas e médias fazendas, poderia encontrar relações ainda mais complexas do que estas

desmembramento da Fazenda de Sant'anna, seu único bem não compartilhado com seu sócio e irmão, o Barão de Santa Mônica. De acordo com o relato de Dona Ieda Giffoni e seu filho Luis Antonio, sua avó Deocliedes ("Vó Quide" ver Genealogia), foi a única que não recebeu a fazenda, pois esta nasceu dois meses após a morte do Barão, mas também era sua filha. Deoclides cresceu na fazenda de uma irmã Guilhermina, Dona Ieda, que hoje possui 91 anos, diz ter conhecido sua avó e a irmã com a qual foi criada além de tia Sara que é avó de uma outra moradora da localidade. Segundo suas lembranças de infância, a fazenda a qual sua avó cresceu era um lugar lindo onde havia um pomar enorme e uma grande quantidade de pés de café, esta acredita que conheceu da forma como o Barão mandou construir as fazendas para cada um de seus filhos. A estrutura da região que hoje se encontra abandonada é descrita por Luis Antonio como várias fazendas que cercavam um vilarejo, onde havia uma igreja a qual promovia muitas festas animadas até não muito tempo atrás.

Dona Ieda também conheceu tia Branca e tia Landa, duas ex-escravas que continuavam vivendo na fazenda de Guilhermina, até a sua época de infante, elas contavam histórias de quando eram escravas. Uma dessas histórias é narrada por Luis Antônio que nos mostra um pouco sobre como as relações entre senhor e escravos eram travadas ainda na fazenda de Santa Mônica. Segundo a tia Branca, que era escrava de lavoura, numa determinada ocasião em que fazia a colheita do café, estava em estagio avançado de gravidez quando sofreu um acidente caindo e perdendo seu filho, algo que segundo ela muitas mulheres simulavam para que o filho não nascesse escravo. Mas segundo Luis Antonio, tia Branca afirmava que esse não era o caso. De qualquer forma, o capataz iria levá-la para o tronco, esta implorava por perdão quando passava por lá à cavalo o Barão de Juparanã, que prometeu à tia Branca que isso não aconteceria a ela, e se alguém a ameaçasse, este alguém é quem iria para o tronco. Essa história foi contada para enfatizar a bondade do Barão algo que já havia sido falado por

RAMOS (1981), autor do folheto da igreja como já citado, que no caso era o pai de Luis Antonio e esposo de Ieda, já falecido. Essa bondade, a princípio pode-se suspeitar, pois naquela época havia um intenso temor quanto a revoltas de escravos, e as repressões violentas a qualquer tipo de prática de resistência[6] deveriam ser pensadas de forma mais inteligente, além de que dentro do paternalismo essas práticas e negociações estavam previstas no dia a dia da gestão de uma fazenda, tanto do lado dos escravos como do lado dos senhores, como demonstrado por João José Reis, no Capítulo "Fugas, revoltas e quilombos: Os limites da legociação" (1989), onde o próprio título já diz que são situações limites, porém no dia a dia as negociações eram constantes. Se pensarmos agora, quem ganhou, foi a tia Branca que recebeu o perdão do senhor, ou o senhor que mesmo depois de anos de sua morte continuava sendo reverenciado por tia Branca? Veremos que o caso é um pouco mais complicado do que práticas que se encaixam adequadamente no paternalismo comumente conhecido. Se tentarmos olhar como se existissem práticas padrões e esses casos que entrei em contato fossem apenas exceções, não conseguiriamos ver a complexidade que estão embutidas nessas relações.

Outro que diz ter conhecido uma escrava, foi o Eloy, no caso seria a Escrava Esmeralda, que vivia também na fazenda do Bom Retiro, já Eloy é do ramo familiar de Anita, sendo descendente da irmã desta, a Laudilina. Porém aconteceu algo que me pareceu interessante. Este ao reviver suas memórias, chegou a conclusão de que não sabia mais se havia conhecido realmente a escrava Esmeralda ou se de tanto seu pai contar historias sobre as conversas que tinha com ela, a havia criado em sua imaginação. Na verdade vemos essas experiências o tempo todo, pois Luis Antonio também se apropria da fala de sua mãe, como se tivesse vivido aquilo que ela viveu, em uma determinada ocasião em que a interrompia, ela pediu para falar, já que quem havia presenciado tal fato

[6] como podemos interpretar o ato de fazer com que o próprio filho não viesse a vida

havia sido ela. Há também aqueles que se dizem desinteressados pela história, dentro do caso da família de dona Anita, temos vários exemplos, aqui encontrei apenas um, o que mantém a teoria já exemplificada de que a proximidade geográfica com o epicentro onde as histórias foram vividas, fazia com que elas tivessem maior importancia.

Seu José Célio Monteiro é o único que se enquadra nessa categoria. Ao mesmo tempo este reconhece pela cidade quem são os seus primos e quem não são. O havia visitado antes, pois a Dona Celeste, a senhora que me abrigou na região, havia me dito que ele seria um dos primos. Ao sentarmos em sua confortável varanda, expliquei um pouco sobre minha pesquisa, e ele logo disse que não poderia me ajudar muito, pois nunca se interessou pelas histórias, ligou para o Luis Antonio e fomos até a casa dele. Foi assim que chegamos juntos à minha primeira visita à casa de Dona Ieda, e já logo se chamaram de primos e pelo o que percebi a intimidade do parentesco estava ali presente. Após este ir embora perguntei para os Giffoni, se sabiam de uma história que eu ouvira sobre parentes que se mataram por causa das terras das fazendas doadas pelo Barão, e estes disseram que o fato ocorrera com o tio do Seu Zé Célio, o Seu Álvaro Monteiro que morreu com um tiro, mas estes também não sabiam informar o grau de parentesco que o assassino tinha com a vítima, já que como Eloy enfatizou, Ieda e Luis Antonio eram primos não muito próximos. Talvez esse fato possa explicar o fato de ser o único "primo" morador de Juparanã, que não se interessa pela história da família, já que deve ter vivenciado este fato quando era criança, provavelmente.

Seu Zé Célio, é um primo bem próximo, se seguirmos a lógica de Eloy é do ramo familiar de Ana Floriana dos Santos, uma das filhas de Rosina, que segundo documento guardado por Ana Leite[7], casou-se na própria igreja de Sant'anna,

[7] uma das minhas interlocutoras que mais me auxiliaram com documentos aos quais gentilmente me cedeu

com Miguel Monteiro, um português. Segundo Ana Leite, a própria Rosina foi dada em casamento pelo Barão de Juparanã, a um médico português, chamado Belchior Mariano dos Santos. Algo interessante de se pensar já que mesmo em vida, ele já pensava dentro dos costumes "convencionais" da época, no futuro de seus filhos de relações não "convencionais" e os casava com pessoas que possuíssem poder ou prestigio, prática não comumente narrada pelos historiadores da época.

Ainda tenho muito trabalho pela frente, mas no momento chego à seguinte conclusão: não há como desvencilhar memória, historia e parentesco baseado nas experiências que tenho tido neste campo. Acho que antes de comparar a vivência dessas pessoas e as historias que contam com a forma como é escrita a "História", devemos perceber que são perspectivas diferentes, que não se cruzam nem em sua proposta e nem em sua prática. Mantenho minhas leituras sobre os livros de história desta região e desta época, porém foi uma escolha metodológica não citá-los nesta ocasião. Mesmo aqueles historiadores que se propõem a fazer uma micro-história estão comprometidos com algo que molda os seus pontos de vista, o que chamam de "ideologia", "economia" ou "política" aos quais não são apenas palavras mas conceito muito bem enraizados na lógica ocidental. Tentando estar livre dessas amarras metodológicas e científicas, pensando em temporalidade e historicidade, abusando um pouco da liberdade que um trabalho antropológico pode oferecer, consigo ver que há uma dinâmica entre aquilo o que estas pessoas preservam em seus arquivos pessoais, aquilo que reproduzem sobre suas próprias histórias passando oralmente, e a dinâmica de suas vidas que os fazem dizer que são todos primos hoje em dia.

– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense. p. 197-221. 1994

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de vellhos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1994

BOURDIEU*,* Pierre*. A ilusão biográfica.* In: **AMADO,** Janaína; **FERREIRA**, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: *Editora FGV*. p. 183-191. *2006*.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves. 1988

_____. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Ed. Cosac & Naify. 2004

CASTRO, Celso e **CUNHA,** Olívia Maria Gomes da**.** *Quando o Campo é o Arquivo*. Apresentação. Rio de Janeiro: Estudos Históricos. n° 36, p. 3-5. 2005

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. *Tempo Imperfeito: Uma Etnografia do Arquivo*. Rio de Janeiro: Revista Mana. 10 (2) 287-322. 2004

DELEUZE, Gilles; **GUATTARI**, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 5. São Paulo: Editora 34. 1997

DOUGLAS, Mary. Como as instituições pensam. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp. 2007.

_____. *O Saber Local. Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa.* 3a ed. Petrópolis:Ed. Vozes, 2000.

GOLDMAN, Márcio. *Lévi-Strauss e os sentidos da História*. Rev. Antropol. [online]. 1999, vol.42, n.1-2, pp. 223-238. ISSN 0034-7701. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011999000100012.

LATOUR, Bruno. Jamais Fomos Modernos – Ensaio de antropologia simétrica. Ed. 34. São Paulo. 1994

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural I* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991

_____. *Antropologia Estrutural Dois.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976

_____. *O pensamento selvagem* (12ª ed.). Campinas, SP: Papirus, 2012 [1962].

OVERING, Joana. "*O mito como história: um problema de tempo, realidade e outras questões*", Mana. Estudos de Antropologia Social, 1995 , 1 (1): 107-40.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

RAMOS, *Deocler G. Nossa Igreja e seu Nobre Idealizador*. Igreja Nossa Senhora do Patrocínio, Barão de Juparanã – Valença: 1981

SALLES, Ricardo e **BORGES**, Magno Fonseca. *A Morte do Barão de Guaribú. Ou o fio da meada*. Hera: Revista de História e Economia Política Aplicada – Vol. 7, nº 13, Jul-Dez 2012. p.1-38

SAHLINS, Marshal. *Ilhas de História*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1990

_____. *Metáforas Históricas e Realidades Míticas:* Estrutura nos primórdios do reino das ilhas Sandwich. *Jorge Zahar Editor*. Rio de Janeiro. 2008

_____. *Cultura na Prática*. Editora UFRJ. Rio de Janeiro. 2004

SILVA, Eduardo e **REIS**, João José. Negociação *e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. Companhia das Letras. São Paulo. 1989.

SZTUTMAN, Renato. *O Profeta e o Principal: A ação política ameríndia e seus personagens*. Fapesp. São Paulo. 2012

Anexo: **Genealogia da Família do Barão de Juparanã:**

SPOSAS DO BARÃO	Emília	Geralda	Manoela	Florenciana
ILHOS DO BARÃO	1.Emiliana 2.Sarah 3.Cipriano 4.Daniel	1.Brasiliza 2.Guilermina 3.Deoclides 4.Álvaro 5.Dario	1.Manoelita 2.Brasiliano 3.Manoel	1.Rosina 2.Florida 3.Evarista 4.Florenciana (Cati) 5.Isidoro 6.Alfredo
ETOS DO BARÃO	1. Amélia Idalina Aurélio Ernestino. 2. Cispiniano Sebastião Manoel Valeriano Raul Irineu Matilde Thereza Cecília Luiza 3. (?) 4. Doca Lulu Tiburcio Camilo Oscar Pequetita	1. Enedina Vicente Ondina Menotti Ostiniano 2. Algemina Ercilia 3. Nilo Orris Menotti Galileu 4. Jovelina Clotilda Fulgêncio Alvaro 5. (?)	1. Bernardino Cecilino Marcelino Cenazalda Tancredo Angelina Georgina 2. Crisanto Tertuliano Zilica Loló 3. (?)	1. Maria, Ana, Holandino, Florência Mariana, Maselina Normadina, Berta Joaquim, José ,Jacinta 2. (?) 3. Camilo 4. **Arthur**, Cinira, Alfredo 5. (?) 6. (?)
ISNETOS DO	2. (de Irineu) – Flávio, Cleber, Paulo, Ésther,	1 . (de Vicente) – Yara, Yolanda		**(de Forenciana)** – Mônica, Cândida, Benedita, Antônio

BARÃO	Maria das Graças (de Matilde) – Judite	3 . (de Orris) – Ieda, Geraldo (de Galileu) – Ilkana, Irani		**(de José e Angelina) –** Argemira, Cidinha, Braziliza, Oliver, Nelson, Lincon, Geraldo **(de Berta)** – **Ana**, Laudilina, Belchior, Edmundo **(de Jacinta e Alfredo) -** Brás, Zeca, Holandino, Alfredo, Lourdes, Lusa, rosina, Cici **(de Joaquim)** – Santa, Teresinha, Joel (mais um) **(de Maria)** Clarimundo **(de Ana)** Álvaro, Oswaldo, Miguel, Nelson, Isaltino, Ari, Jaime, João, Nair **(de Arthur e Ana bisneta)** – Anny, Aloy, Amaury, Adaury, Anely, Aurely, Aury, Analy, Antony, Anacy, Aucy